

CONTEXTOS ENTRE DANÇA E POLÍTICA: Dança de PE e Cia. Artefolia

Resumo

Proponho a reflexão sobre algumas questões no campo da cultura e da arte, mais especificamente da dança no pós-pandemia, frente à instabilidade dos seus fazedores. Para isso, o recorte foi dado a partir da atuação de dois agrupamentos: o Dança de PE, criado em 2017 com atuação em pautas emergenciais, e a Cia. Artefolia, grupo artístico fundado em 1993, que cria diálogos com danças populares, ambos impactados pela pandemia no estado de Pernambuco. Para o desenvolvimento, foram analisadas situações vividas pelos dois coletivos, com abordagem de aspectos das políticas culturais, das práticas coletivas em conjunturas de precariedade, através de relatos de experiências e apontamentos com perspectivas de esperança, sobretudo na tessitura das redes coletivas de atuação para reinvenção das suas metodologias e modos que propiciem o engajamento, sejam eles de grupos de dança ou mobilizações políticas, para que as atualizações recentes advindas da retomada, em 2023, do Ministério da Cultura e da Funarte possam de fato capilarizar as políticas culturais.

Palavras-chave: dança; política cultural; mobilização; pós-pandemia.

Marília Rameh Reis de Almeida Braga

Artista da Dança e integrante da Cia. de Dança Artefolia. Pesquisadora com experiência na área de criação artística em dança, gestão e produção cultural, atuando também na análise e emissão de pareceres de projetos culturais. Tem experiência na gestão pública e em organizações da sociedade civil. É mestranda no Programa Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense. E-mail: marilia.rameh@gmail.com.

CONTEXTS BETWEEN DANCE AND POLITICS: Dance by PE and Cia. Artefolia

Abstract

I propose a reflection on some issues in the field of culture and art, more specifically of dancing in the post-pandemic, in the face of the instability of its makers. In order to reach this, the cut was made on the performance of two groups, which are Dança de PE, created in 2017 with action in emergency agendas, and Cia. Artefolia, an artistic group founded in 1993, which creates dialogues with popular dances, both impacted by the pandemic in the state of Pernambuco. For the development, situations experienced by the two collectives were analyzed, surrounded by aspects of cultural policies, collective practices in precarious situations, through reports of experiences and notes with perspectives of hope, specially in the process of weaving collective networks to reinvent their methodologies and ways that encourage engagement, being dance groups or political mobilizations, so that the recent updates arising from the resumption, in 2023, of the Ministry of Culture and Funarte can in fact capillarize cultural policies.

Keywords: dance; cultural policy; mobilization; post-pandemic.

Ao receber o convite para retornar ao *Webinário Proceda*¹, desta vez com a temática “Trabalho e produção artística em dança durante e pós-pandemia: entre ausências, precariedades e reinvenção”, na mesa “Como e o que estamos fazendo para outros devires (pós) pandemia? Experiências suleares para (re)invenções na formação e na produção em dança”, optei por lançar algumas reflexões a partir de locais nos quais tenho atuado.

Na primeira edição do *Webinário Proceda*², realizado em 2020, afirmei que a crise sanitária instaurada pela covid-19 revelou a fragilidade da estrutura das políticas públicas para o campo cultural, quando os fazedores de cultura se viram sem perspectivas de trabalho e remuneração. Em contrapartida, a mobilização proposta pela Articulação Nacional de Emergência Cultural³ de uma maneira relevante e afirmativa encontrou eco na importância da retomada sobre a discussão do Sistema Nacional de Cultura, reafirmando a necessidade de políticas estruturadoras, contínuas e capilarizadas.

Albino Rubim (2014, p. 118) considera que o esforço de implementação das políticas culturais no Brasil, que se apresentaram na primeira quinzena dos anos 2000, no Ministério da Cultura⁴, é um marco por se diferenciar radicalmente, em sua estrutura, da lógica apresentada por outros programas e proposições dos quais “as políticas culturais no Brasil assumiram um conceito ampliado de cultura [...] para além do patrimônio e da arte, com suas dimensões: simbólica, cidadã e de desenvolvimento”.

Entretanto, todo o esforço empreendido para essa estruturação, que na prática não chegou a ser implementada, foi aniquilado nos últimos anos. O campo da cultura e toda a sua estrutura sofreu um desmonte após o Golpe de 2016 que, devido à mudança na conjuntura política do país, trouxe incertezas após uma fase de avanços sociais ainda que, em uma leitura crítica, tenham sido insuficientes. O impacto do desmonte institucional da cultura alastrou-se de forma devastadora. Atingindo o ápice com a extinção do Ministério da Cultura⁵ durante a gestão Bolsonaro (2019 a 2022). Nesse contexto, que já era adverso, aconteceu a pandemia escancarando ainda mais a fragilidade do campo das artes e da cultura.

Diante deste cenário, proponho a análise da atuação de dois agrupamentos dos quais faço parte, são eles: O *Dança de PE*, criado em 2017, e a *Cia. Artefolia*, em atuação desde 1993, ambos em atividades e impactados pela pandemia. No pós-pandemia foi gerado um cenário ainda mais instável: de um lado as variantes da covid-19 com alardes de novas cepas, por outro, a reabertura e retomada da vida cotidiana com as demandas dos prazos de todas as ações interrompidas pelo contexto pandêmico.

- 1 Webinários Políticas para a dança e os impactos da pandemia: perspectivas latino-americanas, organizado e realizado pelo grupo Políticas, Processos Corporeográficos e Educacionais em Dança – PROCEDA. Evento realizado pela UFBA.
- 2 Medidas emergenciais para a cultura/dança diante da covid-19: entre o dito e o feito.
- 3 Canal de notícias e informações @leiemergenciacultural em plataforma de rede social, acerca das políticas culturais com expressiva atuação em torno das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, articulada por gestores e fazedores de cultura de diversas localidades do Brasil, com o suporte da Mídia Ninja criado no contexto da pandemia.
- 4 O Ministério da Cultura (MINC), a partir de 2003, passou a desempenhar um papel expressivo no redesenho do conceito de política cultural. Podemos salientar que o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/2010) ampliaram as instâncias participativas, a exemplo do Conselho Nacional de Políticas Culturais, dos Colegiados Setoriais.
- 5 O Ministério da Cultura foi convertido em Secretaria Especial da Cultura e vinculado ao Ministério do Turismo, Lei nº 13.844. Em novembro de 2019, a secretaria foi transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, onde permaneceu até 31 de dezembro de 2022. Durante um tempo funcionou na pasta do Ministério da Cidadania e, atualmente, é uma secretaria que integra a pasta do Ministério do Turismo. O MINC perdeu a autonomia, o status e o campo de atuação.

Várias mobilizações de lutas para o enfrentamento da pandemia foram criadas a partir da sociedade civil e de alguns mandatos governamentais por parte de vereadores da cidade do Recife e de deputados estaduais do Estado de Pernambuco, em sua maioria alinhados à esquerda, se mobilizaram de forma eficaz para que a transferência de renda aos fazedores de cultura fosse possível. Vale salientar que além da conjuntura negacionista por parte do governo federal no combate à covid-19, os artistas e fazedores de cultura, além de sofrerem ataques, foram vetados do recebimento de recursos do auxílio emergencial ofertado aos demais trabalhadores autônomos.

Durante o *Diálogos Nacionais da Dança*⁶, promovido em 2020 pela *Emergência Cultural*, optamos por apresentar o cenário do *Dança de PE*, trazendo uma reflexão da pesquisadora Elis Costa⁷, que chamou a atenção sobre o impacto da Cultura na economia “[...] somos cerca de 5 milhões de trabalhadoras e trabalhadores, 6% de toda mão de obra brasileira entre formais e informais, com receita de 170 bilhões de reais em 2019”. A pesquisadora afirma que não somos apenas números, além do que, as cifras que movimentamos em recursos financeiros não conseguem dar conta de dimensionar o nosso ofício por estar imbricado “com o campo sutil do humano” e nos convida ao deslocamento “do sentido de dignidade em relação ao fator produtividade”. No contexto da dança de precariedade, as pessoas trabalhadoras acabam vivendo no meio da informalidade com relações autônomas e sem vínculo empregatício.

Dança de PE

Nas minhas andanças tenho utilizado a metáfora de um afogamento coletivo no qual, no meio do caos e desespero, alguém consegue recobrar o fôlego. É assim que visualizo as ações do *Dança de PE* durante e no pós-pandemia. Essa articulação foi criada em 2017 por ocasião de um esforço de mobilização para a eleição da Comissão Setorial de Dança⁸, que é formada por artistas, grupos e fazedores de dança.

Desde a sua criação vem atuando em pautas emergenciais como as que se apresentaram durante a pandemia. Para além das demandas levantadas pela articulação da *Emergência Cultural* e os *Diálogos Nacionais da Dança*, o *Dança de PE* enfrentava a complexidade do diálogo com a SECULT-PE para uma atualização do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – FUNCULTURA. No fim de 2020 foi realizado um encontro

6 Disponível em: <https://youtu.be/h-BfUDelhFk>.

7 É artista da Dança, do Teatro, do Audiovisual, historiadora, arte-educadora, produtora cultural e pesquisadora. Licenciada em História (UPE) e em Artes Cênicas (UFPE), estudante de mobilidade no curso de Estudos Artísticos/Teatro (Universidade de Coimbra-PT, 2005-2006), especialista em Dança pela Faculdade Angel Vianna e mestra em Direitos Humanos (UFPE). Desde 2012 integra a equipe do coletivo Acervo RecorDança e tem se dedicado aos temas que emergem da fricção dos campos da Dança e dos Direitos Humanos.

8 A comissão Setorial de Dança é uma organização de representação da categoria composta pela sociedade civil, na Secretaria de Cultura de Pernambuco – SECULT-PE e na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco FUNDARPE.

sobre o Histórico da Dança no FUNCULTURA para posterior proposição de alterações no edital 2020/2021, com o intuito de entender as mudanças neste instrumento de financiamento ao longo dos anos e avançar nas propostas de alterações.

Na ocasião me disponibilizei para apresentar dados históricos, referente à conquista de espaço no campo da dança no Fundo de Cultura e de como em determinado momento isso estagnou, demonstrando defasagem em relação ao aporte financeiro para a dança e os demais segmentos artístico-culturais⁹. É importante destacar que em 2020, bem no auge da pandemia, o FUNCULTURA ultrapassou todos os limites da incoerência ao manter o formato de apresentação de projeto com o formulário físico impresso em três vias, inviabilizando a participação de muitos fazedores da dança.

A realização do encontro sobre o FUNCULTURA foi uma busca de fôlego, reforçando a mudança no sistema de apresentação de projetos do formato físico para o digital, uma demanda muito antiga. A inscrição de projetos passou a ser utilizada através da Plataforma Prosas. Com um novo formato de distribuição dos aportes financeiros, ficou pendente com a classe cultural a atualização dos recursos aplicados no fundo de cultura com ampliação e revitalização do seu alcance.

A mobilização em torno da primeira edição da *Lei Aldir Blanc*¹⁰ ocorreu com inúmeras iniciativas e encontros internos do *Dança de PE*, desde reuniões divididas em grupos de trabalho até encontros externos com parlamentares, assim como participação em reuniões governamentais. Na segunda convocatória da *Lei Aldir Blanc* (2021), a mobilização esmoreceu comparada ao ano anterior, devido à exaustão das pessoas fazedoras de cultura. Para surpresa dos proponentes, os projetos inscritos que já haviam sido contemplados na *Aldir Blanc I* sequer foram analisados. O problema deste posicionamento do governo foi ter omitido essa informação no edital, o que gerou uma descredibilidade no processo.

Ainda que o diálogo com a gestão pública seja complexo, ocupar os espaços de participação é importante. Por compreender essa relevância, o *Dança de PE* realizou, em 2021, uma mobilização via redes sociais em torno das candidaturas de Danilo Carias¹¹ e de Marcos Aurélio¹² para uma representação da Dança no Conselho Estadual de Políticas Culturais. Foi realizada uma live para apresentar as propostas dos dois candidatos, e através da campanha houve a adesão de inscrição de eleitores da área de dança. Essa iniciativa obteve êxito e teve como desdobramento a eleição posterior da atual Comissão Setorial de Dança. Ressalto a conquista em conseguirmos

9 Assim denominadas no FUNCULTURA – Artes Integradas; Artes Plásticas, Artes Gráficas e congêneres (Artes Visuais); Artesanato; Circo; Cultura Popular e Tradicional; Dança; Design e Moda; Fotografia; Gastronomia; Literatura; Ópera; Patrimônio; Teatro; Formação e Capacitação, por área/linguagem cultural específica; Pesquisa Cultural, por área/linguagem cultural específica.

10 Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020.

11 Danilo Carias do Nascimento – Conselheiro Titular da Dança no Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco, chegou a ocupar a vice-presidência do Conselho, contudo, pediu desligamento em abril de 2023, por não concordar com os encaminhamentos que a nova gestão da Governadora Raquel Lyra (PSDB) e do Secretário de Cultura Silvério Pessoa vem adotando na SECULT-PE e na FUNDARPE.

12 Marcos Aurélio Soares de Souza – Conselheiro Suplente da Dança no Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco.

eleger essa representação diante do caos, e desta forma reiteramos que não estamos parados, inertes. Apesar das circunstâncias de fragilidade e falta, continuamos tentando nos manter mobilizados.

Em 2022, por ocasião do Dia Internacional da Dança, 29 de abril, houve uma articulação do mandato da vereadora Cida Pedrosa (PCdoB) na Câmara de Vereadores do Recife. As pessoas fazedoras da dança foram convidadas para uma sessão solene, e foi o primeiro reencontro de muitos dos presentes na celebração desde o início da pandemia. Embora não tenha sido uma ação que envolveu diretamente o Dança de PE, diversos integrantes participaram do ato.

Durante o encontro, Marcelo Sena¹³ foi convidado a fazer um discurso¹⁴ de contextualização histórica do campo da dança. Na sua fala registrou que parte da sua atuação política foi dentro do Movimento Dança Recife¹⁵, uma mobilização que agiu em diferentes frentes, em nível federal, estadual e municipal: “Há alguns anos que tem sido difícil continuar à frente dessas lutas, ou ao menos acompanhar de perto, e isso em muito se deve à necessidade de renovação da nossa categoria em estar presente e atuante nesses espaços” (SENA, 2022). O que evidencia novamente a urgência de recobramos o fôlego para ocupar as instâncias de participação sequestradas no Governo Bolsonaro, que geriu o país nos últimos quatro anos.

A referência que Sena fez ao Movimento Dança Recife merece uma atenção para situar os enfrentamentos nas lutas pelas políticas públicas como uma demarcação do território da dança em um campo alargado de conhecimento. Sena afirma:

Desde a luta pela autonomia da dança em relação ao Conselho Federal de Educação Física, (e aqui é importante ressaltar que a luta não é com a área da educação física, mas com os CREFs e CONFEFs), a fiscalização dos editais, a implementação de valores e acompanhamentos dos processos, a criação da gerência de dança na Prefeitura do Recife, a Assessoria de Dança na SECULT, a luta pela implantação de um curso superior em Dança na UFPE, dando continuidade à luta que já existia décadas antes, à luta pela continuidade de uma mobilização que extrapolasse os interesses particulares de algum grupo, artista ou um tipo específico de dança. Tudo isso foi tomando forma e encontrando repercussão em muitas pessoas que passaram por ali (SENA, 2022).

Sena também fez um contorno sobre a “ascensão fascista e da extrema direita” no Brasil, que corrobora para o desmonte da estrutura mínima de existência que não se concretizou plenamente. O que se revela é a

13 Marcelo Sena é artista da dança, integrante da Cia. Etc. e do Movimento Dança Recife. Atuou nos conselhos Municipal e Estadual (este último por dois mandatos consecutivos), no Colegiado Setorial de Dança, além de participar de outros momentos da mobilização da dança.

14 Disponível em: https://www.instagram.com/tv/Cc_hfagurx/.

15 O Movimento Dança Recife é uma articulação civil, de organização coletiva, fundado em 29 de abril de 2004. Foi criado com o intuito de ser um canal para discussões, capaz de buscar políticas públicas para a classe, englobando artistas e grupos de todos os segmentos de dança.

fragilidade dos orçamentos que não destinam de forma transparente os recursos para a cultura e conseqüentemente para a dança. Os agentes do campo da dança ficam à margem de uma estrutura que poderia zelar pelo aprimoramento e salvaguarda das políticas culturais para todos os profissionais que têm a dança como ofício. Sena reflete:

Uma cadeia produtiva imensa que fez e ainda faz circular muito do nosso capital por tantos lugares. Sabemos que a dança encontra suas brechas para continuar acontecendo, de continuarmos movendo nossos corpos e corpos, de fazer brotar vida onde nada parece germinar. Mas precisamos de suportes para que as pessoas que trabalham nessa área possam ter condições mínimas para conseguirem sobreviver e fazerem suas danças existirem e resistirem. É com a dança que muitas pessoas conseguem se entender, se estender ao mundo, se conectar com o mundo e comunicar o tanto de mudança que podemos impulsionar (SENA, 2022).

Neste sentido, outra iniciativa relevante e que significa mais um respiro foi a Carta Aberta da Dança de Pernambuco enviada para as candidaturas ao Poder Executivo e Legislativo das eleições de 2022. O documento é uma repactuação das pautas urgentes para a dança e conta com 20 itens de reivindicação, dentre os quais: a definição de dotação orçamentária da SECULT-PE; concursos públicos para as Secretarias de Educação e de Cultura para os cargos de professores e gestores; criação de cursos técnicos em dança; prêmio da dança; manutenção de grupos; editais de ocupação dos equipamentos públicos e de intercâmbio; políticas afirmativas de inclusão social em todos os editais e concursos públicos do estado etc.

O documento foi articulado a partir de encontros remotos em plataforma de mensagens instantâneas, onde o *Dança de PE* é composto por representantes de grupos, artistas independentes e em uma perspectiva ampla por diversos profissionais da dança. Algumas das demandas são antigas e continuam demonstrando que são fundamentais para a manutenção e desenvolvimento do setor em Pernambuco. A principal finalidade foi a entrega das cartas pelos integrantes do *Dança de PE* às pessoas candidatas no pleito eleitoral de 2022.

Seguindo o rastro da reflexão proposta no documento, foi realizada uma reunião do *Dança de PE* em formato híbrido (presencial e virtual) possibilitando uma maior adesão. Nessa reunião, foram debatidas questões referentes aos desafios de mobilização, ao funcionamento da Comissão Setorial de Dança com as presenças do então conselheiro de dança, Danilo

Carias e de Rensch Reiva¹⁶. Foram delineadas demandas direcionadas ao governo do Estado e também as de âmbito municipal do Recife, que foi considerada como uma necessidade de que outros espaços sejam fomentados para as discussões acerca de cada município. Dentre os pontos levantados, foi acordado por unanimidade a adesão ao ato *Caminhada com Lula em Recife* (2022) e a confecção de uma faixa com o nome *Dança de PE com Lula*. O ato aconteceu como uma espécie de catarse coletiva com muitos reencontros emocionados e repletos de esperança e desejo de outros tempos.

Cia. Artefolia

A *Cia. Artefolia*¹⁷, prestes a completar 30 anos de atividades, vem acompanhando as transições de conjunturas do Recife desde a década de 1990. Na estrutura de um grupo de dança a oscilação no acesso às políticas culturais gera uma ambiência de muita instabilidade, que leva os integrantes de grupos e artistas de uma maneira geral a buscar alternativas de sobrevivência. Trata-se de um grupo de dança em atuação desde 1993 e que cria diálogos em interface com as danças populares nos estudos e experimentações que desenvolve.

É relevante ressaltar que em 2020 a *Cia. Artefolia* estava imersa na pesquisa para a montagem do espetáculo *Roda de Terreiro*, com estreia prevista para maio desse ano, mas o processo de criação foi interrompido em março pela pandemia. Suspendemos as nossas atividades presenciais e, após 45 dias de pausa, o grupo percebeu que não havia prazo determinado para a crise sanitária que nos atingiu. Na segunda quinzena de abril, decidimos parar por completo a montagem do *Roda de Terreiro* por não termos perspectivas de quando seria possível a retomada. Conseguimos antecipar a remuneração de ensaios durante três meses, o que foi um suporte em meio ao caos devido ao grupo não ter outras rendas em função do trabalho autônomo.

Mantivemos os encontros remotos, pois continuar em grupo nos fortaleceu no período de isolamento. Nossas conversas tornaram-se um espaço de acolhimento e trocas acerca das realidades individuais das pessoas que integram a *Cia. Artefolia*. Em julho, recebemos a notícia de que a verba do projeto de pesquisa *Na Sola do Pé* havia sido liberada. Diante do contexto pandêmico, foi providencial. Foi necessária uma adaptação da nossa metodologia que previa encontros presenciais para realizar o projeto de maneira remota.

16 Rensch Reiva Alves de Melo – Conselheira Titular da Dança no Conselho Municipal de Políticas Culturais do Recife e integrante da Comissão Setorial Estadual de Dança.

17 Produziu nove espetáculos autorais, participou de turnês e festivais culturais, recebeu prêmios em reconhecimento ao trabalho que vem desenvolvendo. Atualmente integram a Cia. Artefolia: Anne Costa, Daniel SemSobrenome, Gabriela Carvalho, Jefferson Figueirêdo, Henrique Braz, Marcela Rabelo, Marília Rameh (mais informações sobre o grupo disponíveis em artefolia.com.br).

*Na Sola do Pé*¹⁸ foi uma imersão prático-teórica, que teve como base o frevo e centrou-se nas vivências e trocas entre os artistas-pesquisadores como metodologia de aprofundamento nas relações entre corpo, dança, memória, performance e subjetividade. A pesquisa contou com a coordenação pedagógica de Anne Costa, Jefferson Figueirêdo e Marília Rameh. Foram traçados eixos temáticos¹⁹, a fim de nortear o processo de pesquisa, considerando o contexto histórico do Frevo; além de reflexões sobre Patrimônio Imaterial e a Salvaguarda do Frevo.

O eixo sobre as metodologias de frevo suscitou um recorte mais aprofundado que se transformou em outro projeto, atravessando o *Na Sola do Pé*, quando o grupo se deparou com a ausência de registros textuais acerca das metodologias do ensino do frevo. Propusemos, então, um projeto à *Lei Aldir Blanc*, com recorte sobre o ensino do frevo intitulado “Segurando o Rojão: Ensino do Frevo, Metodologias e Resistência do Litoral ao Sertão”²⁰.

A costura narrativa da escrita deste artigo é propositalmente atravessada pelos acontecimentos que fomos vivendo na pandemia. Em novembro de 2020 perdemos Daniela Santos²¹, e, em fevereiro de 2021, perdemos Guitinho da Xambá²², ambos integrados ao universo de pesquisa do *Roda de Terreiro*. Lidar com o luto dessas duas perdas, que foram por outras enfermidades, além de passar pelo luto coletivo das perdas causadas pela covid-19, também foi incorporado aos nossos processos criativos no pós-pandemia.

A partir de julho de 2022 foi possível a retomada da montagem do espetáculo *Roda de Terreiro*. Ao todo, foram três meses de ensaios para a composição criativa e retomadas das vivências, dramaturgia e a direção artística com Marcelo Sena²³ e Daniel SemSobreNome²⁴. Registramos que, apesar da complexidade de execução do *Roda de Terreiro*²⁵, o resultado nos impactou positivamente. Foram contratados mais de 20 profissionais, envolvidos diretamente, e diversos empregos indiretos foram gerados, o que demonstra a movimentação da economia no campo cultural. Neste sentido, vale destacar que, além dos recursos incentivados pelo FUNCULTURA nos projetos *Na Sola do Pé* e *Roda de Terreiro*, foram acrescidos recursos próprios para que fosse possível chegar ao resultado apresentado, já que estávamos trabalhando com um orçamento elaborado em 2018.

É fundamental reconhecer a relevância do FUNCULTURA para a realização da produção pernambucana, contudo, é necessário que haja realmente uma atualização do seu conjunto de normativas e que os recursos destinados para cada linha de ação sejam revistos. É imprescindível que a execução de projetos tenha aportes financeiros para desenvolver seus trabalhos com dignidade. É ainda urgente o entendimento de que os editais

18 *Na Sola do Pé*, partindo das referências de cada integrante da Cia. Artefolia: Anne Costa, Daniel SemSobrenome, Gabriela Carvalho, Jefferson Figueirêdo, Marília Rameh, Ramalho Jr., Henrique Braz. Foi iniciada em julho de 2020, com financiamento do FUNCULTURA. Os encontros aconteceram entre julho de 2020 e julho de 2021 com duas horas de duração, totalizando 56 encontros. A gravação da videodança aconteceu em abril e a finalização da escrita coletiva aconteceu entre julho e setembro de 2022. Foi realizada para a gravação do registro em vídeo e um experimento que resultou em uma videodança, produto adicional, além do documentário que já estava previsto no projeto.

19 I – Memórias individuais e coletivas – “Eu, a minha história e como o frevo se relaciona com a minha construção corporal”, vivenciando no corpo as narrativas individuais e coletivas, a partir de reflexões sobre tradição e contemporaneidade; II – Formação – Mestres, Escolas e Métodos; III – Territórios / Geografia afetiva – sobre os territórios afetivos que o frevo ocupa nas experiências cotidianas.

20 Foi criado para conhecer e tornar públicas as trajetórias de sete grupos/instituições em atuação no Estado, a saber: Guerreiros do Passo, Mexe com Tudo, Cia. Brasil por Dança, Sertão Frevo, Brasília, Brincantes das ladeiras e Escola Municipal de Frevo. O projeto consistiu na realização de lives, em que foram compartilhadas vivências com tais profissionais, relacionadas ao frevo, além de conteúdo textual, de relevância para a comunidade do frevo.

21 Foi uma artista da dança, pesquisadora e coordenadora da Pós-Graduação em Dança da Angel Vianna em Recife e de Dança do Paço do Frevo, de 2015 a 2020. Parceira da Cia. Artefolia de 2013 a 2020.

22 Artista, músico, integrante da Nação Xambá, em Olinda, e fundador do grupo musical Bongar.

são instrumentos de uma política de fomento, mas outras políticas são de extrema importância. Por isso é imperativa a dotação orçamentária para definição de políticas de curto, médio e longo prazo.

Retorno ao momento de apresentação no *Webinário* em 2022, em que considero a *Cia. Artefolia*, em certa medida, privilegiada por ter conseguido garantir uma remuneração aos seus integrantes, durante e no pós-pandemia. Mas por outra perspectiva, pensar no dever em que conseguimos ter uma ação efetivamente estruturadora, e se uma situação emergencial ocorrer, que esta não nos obrigue a manter a lógica perversa da produtividade, e, sim, possibilite exercer com dignidade o nosso ofício.

Para a compreensão da cultura como uma área estratégica, cabe ao Estado assumir plenamente seu papel na formulação e implementação de políticas culturais de forma compartilhada com a sociedade, com vistas à proteção e à valorização do patrimônio cultural material e imaterial, além da estruturação de uma economia da cultura que atenda as prerrogativas afirmativas, sempre considerando em primeiro plano o interesse coletivo e comunitário e o respeito à diversidade cultural. Para além da transferência de recursos, retomar a discussão da federalização com a definição das competências de cada ente federado, como sugere Albino Rubim (2014, p. 66):

Os sistemas de cultura são vitais nesta perspectiva. Eles dão mais estabilidade às políticas culturais, pois permitem criar estruturas mais permanentes, consistentes, profissionalizadas e republicanas no campo da gestão cultural, além de possibilitarem uma maior integração e colaboração entre os entes federativos: a União, os estados e os municípios.

Diante do exposto, aproximo questões ligadas às políticas públicas, à cultura e às práticas coletivas, aqui representadas especificamente pela dança, buscando a minimização de abismos. Deixo na expectativa dos deuses a necessidade de ações estruturadoras e de políticas culturais, para a salvaguarda dos direitos culturais. Dessa forma, será possível criar um ambiente propício para que os espaços de cidadania se desenvolvam e dialoguem com as questões de sustentabilidade, utilizando-as em prol da expansão e consolidação da existência em comunidade, das suas práticas e da participação social, considerando os seus fazedores, com o devido reconhecimento institucional, redimensionando, simbolicamente, seu valor cultural, social e cidadão.

Assuntos como descontinuidade, ausência do Estado, informalidade, precariedade, o reconhecimento da profissão, das garantias das

23 Artista, pesquisador, integrante da Cia. Etc. companhia de dança, audiovisual e arte sonora.

24 Artista da dança, performer, integrante da Cia. Artefolia.

25 Direção: Daniel SemSobrenome e Marcelo Sena; Artistas criadores: Anne Costa, Daniel SemSobrenome, Gabriela Carvalho, Gaby Conde, Jefferson Figueirêdo, Josy Caldas, Marcela Rabelo, Ramalho Jr., Riqueza Braz e Yuri Matias.

necessidades básicas de existir a partir do próprio trabalho e o anseio de transformar essa realidade estão presentes nos contextos de mobilização. A implementação de uma política cultural deve propiciar o desenvolvimento sociocultural, levando em consideração os desafios presentes e do futuro breve com a necessidade de repactuação com as bases.

No *esperançar* (FREIRE, 1992), a tessitura das redes coletivas de atuação com a reinvenção das suas metodologias e modos de operar, para que o engajamento seja contínuo, com uma troca profícua dos organismos coletivos, sejam eles grupos de dança como é o caso da *Cia. Artefolia*, ou articulações políticas, como atua o *Dança de PE*, para que as atualizações recentes da Lei Aldir Blanc II, Paulo Gustavo, a retomada do Ministério da Cultura e da Funarte com braços regionais possam de fato capilarizar as iniciativas. Que a transferência de recursos via edital seja uma política para além dos produtos, valorizando, acima de tudo, os processos dos que labutam cotidianamente no campo da dança.

Referências

ARTEFOLIA, Cia. Disponível em: artefolia.com.br. Acesso em: 29 mar. 2023.

COSTA, E. G. Conferência Popular Setorial de Dança. Diálogos Nacionais da Dança Vídeo Pernambuco. *YouTube*, 17 de julho de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/h-BfUDeLhFk>. Acesso em: 5 abr. 2023.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Cortez, 1992.

RUBIM, A. A. C. *Políticas culturais na Bahia contemporânea*. Coleção Cult, Salvador: EDUFBA, 2014.

SENA, M. Dia Internacional da Dança, Recife, 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/Cc_hfagurx/. Acesso em: 2 abr. 2023.